

## VOCÊ IRIA SOZINHA? SOBRE SER MULHER E FAZER PESQUISA DE CAMPO NO BRASIL<sup>1</sup>

Recebido em: 30/12/2020

Aprovado em: 13/02/2021

Licença: 

*Eliene Faria*

*Naiara Paola Oliveira*

*Renata Martins*

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Belo Horizonte – MG – Brasil

**RESUMO:** Este artigo propõe reflexões a respeito da condição e das aprendizagens das mulheres na realização de trabalhos de campo. Tomando como ponto de partida a análise dos registros de campo de três pesquisadoras da UFMG - com pesquisas etnográficas em lazer e educação - o artigo estabelece o diálogo entre as experiências de pesquisas das autoras e a produção acadêmica mais ampla, sobretudo, com os estudos decoloniais, feminismo, produção acadêmica das mulheres, vulnerabilidade e violência de gênero. O trabalho sinaliza reflexões sobre o fazer científico das mulheres e seus desdobramentos no contexto de uma ciência hegemonicamente masculina/branca/hetero. Além de apontar as desigualdades de gênero no meio acadêmico, os receios e as possíveis contribuições das mulheres nas pesquisas, o artigo propõe reflexões sobre a importância de construção de alternativas para a reversão do quadro atual.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher. Aprendizagem. Etnografia.

## WOULD YOU GO ALONE? ABOUT BEING A WOMAN AND DOING FIELD RESEARCH IN BRAZIL

**ABSTRACT:** This article proposes reflections on the condition and learning process of women researchers who challenge themselves to carry out fieldwork. Taking as a starting point the field records of three UFMG women researchers - with ethnographic researches in the areas of leisure and education - the article establishes a dialogue between the authors' research experiences and the broader academic production, especially with decolonial studies, feminism, women's academic production, gender vulnerability and violence. The work signals reflections on the scientific work of women and their developments in the context of a hegemonically male / white / heterosexual science. In addition to pointing out gender inequalities in academia, women's fears and possible contributions to research, the article proposes reflections on the importance of building a path that allows a reversal of the current situation.

<sup>1</sup> Este artigo foi produzido em diálogo com as reflexões constituídas no cotidiano de trabalho do Grupo de Pesquisa NaPrática (Núcleo de Aprendizagem na Prática Social).

**KEYWORDS:** Woman. Learning. Ethnography.

## **Introdução**

Neste artigo dedicamos a tematizar as questões que envolvem as diferenças e desigualdades de gênero que constituem o fazer científico, mais especificamente, na pesquisa de campo etnográfica. Não há, entretanto, como abordar tal tema desconsiderando o momento atual e o seu impacto sobre a vida das mulheres. Assim, é importante sinalizar que a escrita deste artigo converge com a emergência da pandemia de Covid-19 – uma doença causada pelo novo Coronavírus (SARS-COV-2) que, por sua transmissão exponencial, instaurou a higienização das mãos, o uso de máscara e o isolamento social da população como parte fundamental do protocolo de cuidados contra a contaminação. A complexidade da pandemia impôs mudanças profundas e exigiu, portanto, a invenção de novas formas de relação (mediadas pela tecnologia), com desdobramentos na organização social da educação, do lazer, do trabalho, da cultura, dentre outros.

Um dos desdobramentos, associado à necessidade do isolamento social, foi a instituição do trabalho remoto (em casa), cuja finalidade foi suspender qualquer tipo de contato social presencial. Embora importante, no Brasil (e em países com desigual distribuição de riqueza) o trabalho remoto é complexo/desafiador e pode ser compreendido, também, como um privilégio – dado que grande parte da população lida com subempregos e/ou desemprego e não tem como fazê-lo. As condições de implementação do trabalho remoto no país criaram, portanto, mais uma lente de aumento capaz de dar visibilidade às desigualdades sociais de toda ordem: econômicas, étnico-raciais, de gênero, de classe social, dentre outros.

Mas, qual a relação entre a Covid-19 e as questões que envolvem o gênero na pesquisa de campo? Acontece que a pandemia ampliou ainda mais as desigualdades e a

exclusão de gênero e, desse modo, afetou de maneira singular a vida das mulheres. Um exemplo é a intensificação da carga de trabalho na dupla jornada, ou seja, em tempos de pandemia são, em grande parte, as mulheres que assumem os cuidados de prevenção da doença e dos doentes (além do infindável trabalho doméstico e cuidados com filhos/família). Tal processo pode ser percebido na precarização das condições de trabalho das mulheres em diferentes campos.

Como não poderia ser diferente, no âmbito da produção científica, também, são as mulheres que sofrem os maiores impactos da pandemia de Covid-19. Conforme aponta um levantamento<sup>2</sup> do Movimento Parent in Science (intitulado “Produtividade Acadêmica durante a Pandemia: efeitos de gênero, raça e parentalidade”), no isolamento social as mulheres acabaram absorvendo a maior parte das tarefas domésticas e, conseqüentemente, diminuíram significativamente a produção acadêmica. A pesquisa revelou que “apenas 4,1% das mulheres docentes com filhos estão conseguindo manter a produção acadêmica remotamente. Entre os homens com filhos o percentual sobe 14,9%”.<sup>3</sup>

É importante sinalizar o fato de que os movimentos das mulheres produziram avanços em termos de direitos sociais no Brasil e no mundo. Mas, é fato, também, que tal empreendimento não foi suficiente para suprimir as desigualdades sociais de gênero como fundante das relações sociais na atualidade. Há, portanto, muitos desafios a serem

---

<sup>2</sup>Disponível em <http://www.s bq.org.br/noticia/produtividade-acad%C3%AAmica-durante-pandemia-efeitos-de-g%C3%AAnero-ra%C3%A7a-e-parentalidade>

<sup>3</sup>Ainda assim, em um cenário completamente adverso, recebemos notícias de mulheres se destacando, como a premiação da pesquisadora da Universidade Federal de Pelotas, Luciana Tovo, por seu trabalho relacionado ao stress crônico de adolescentes no período da pandemia de COVID. A declaração da pesquisadora ao receber o prêmio é um convite à reflexão e motiva a luta pelo reconhecimento da produção acadêmica feminina “Por todas as questões de inequidade de gênero e machismo estrutural, aprendemos desde pequenas que existem carreiras a serem seguidas por homens e outras por mulheres e quando pensamos em cientistas, geralmente o que vem na nossa cabeça é a imagem de um homem branco”. Ver: <http://ccs2.ufpel.edu.br/wp/2020/08/24/cientista-da-ufpel-esta-entre-as-vencedoras-do-premio-para-mulheres-na-ciencia-com-pesquisa-sobre-a-covid-19/>.

superados para que a igualdade de gênero (como direito à diferença) possa ser realidade para as mulheres no Brasil/mundo<sup>4</sup>.

Estudos de gênero têm mostrado que o advento do mundo moderno não significou, portanto, a superação do patriarcado. No livro *Gênero e desigualdades no Brasil*, Biroli (2018, p.11) define o patriarcado como “um complexo, mas estruturado, de padrões que implicam desvantagens para as mulheres e permitem aos homens dispor do corpo, do tempo, da energia de trabalho e da energia criativa destas”. E acrescenta a autora que este “é ativado de forma concreta, nas instituições e nas relações cotidianas” (p.11).

A construção social binária (mulheres e homens), que se dá por meio de prescrições e julgamentos que geram a opressão das mulheres, é amplamente enraizada e estruturada na sociedade. Trata-se de trama invisível que é fator de exclusão e/ou de estigmatização das mulheres ao longo da história. As práticas de pesquisa não ficaram isentas dessas relações. Ao contrário, como é possível perceber nos estudos produzidos pelo Parent Science (2020), os processos de inserção acadêmico-científica reverberam desigualdades históricas de gênero, ou seja, mostram que a participação das mulheres nesse contexto profissional, também, é marcada pelo exercício de apagamento das estruturas sociais que geram tais desigualdades.

Se situando no campo da descrição/análise (mas também da denúncia) dos múltiplos enfrentamentos vivenciados pelas mulheres, este artigo discorre sobre o ofício da pesquisa de campo etnográfica e as implicações referentes à inserção das mulheres nesse contexto. Constituído a partir do esforço reflexivo de três pesquisadoras, o texto –

---

<sup>4</sup> Entendemos, assim, que a divisão sexual do trabalho produz o gênero, de fato, mas essa produção se dá na convergência entre gênero, classe e raça. Em outras palavras, o gênero não é produzido isoladamente em relação a outras variáveis que, em um dado contexto, são relevantes no posicionamento e identificação das pessoas. Como afirma Elizabeth Spelman (1988, p.162), as mulheres vivem em um mundo no qual não há apenas sexismo, mas racismo, classismo e outras formas de opressão, em um mundo, portanto, em que “o ‘problema da diferença’ é na realidade o problema do privilégio” (BIROLI, 2018).

ao retomar e analisar o processo vivido tendo como foco aspectos da singular presença feminina no campo – busca dar relevo aos desafios enfrentados pelas mulheres. É fundamental destacar, entretanto, que a ideia não é tratar das questões que envolvem a produção das mulheres em tempos de pandemia, nem realizar um debate pautado em dados macroestruturais que revelam as desigualdades de gênero na produção do conhecimento científico. Embora tal debate seja fundamental e, por isso, estará como pano de fundo das análises aqui propostas, o artigo busca mergulhar nos meandros do ofício do ser pesquisadora/mulher tendo como referência as experiências de trabalho de campo das três pesquisadoras. Ele busca, portanto, problematizar as minúcias e desafios que envolvem o fazer científico das mulheres a partir da descrição da sinuosidade da pesquisa de campo etnográfica.

Fundamentando-se em duas pesquisas desenvolvidas em um programa de pós-graduação em Estudos do Lazer e uma desenvolvida no âmbito de um programa de pós-graduação em Educação da UFMG, as três pesquisas constituíram-se da interseção entre lazer, cotidiano e aprendizagem social. A retomada reflexiva e analítica da inserção das pesquisadoras no campo, bem como, a singularidade dos contextos investigados (a coleta de sempre-vivas em uma comunidade tradicional em Diamantina; a aprendizagem do futebol em um bairro de Belo Horizonte; a pedagogia da alternância numa escola família agrícola em Araçuaia) permitiram reflexões instigantes sobre o ofício da pesquisa e sobre ser mulher pesquisadora. A intenção é colocar foco nas relações estabelecidas em campo: relações que se, por um lado, não impediram a realização da pesquisa, por outro, mostraram a necessidade de dialogar permanentemente com as questões de gênero.

O texto revela o exercício de pesquisa como um processo de ampliação da compreensão do contexto investigado, mas, também, de compreensão da condição

feminina. O fazer pesquisa em contexto de presença predominante de mulheres (em cargos de gestão, administração, docência e auxiliares na pesquisa na escola família agrícola), de exclusividade de homens (na pesquisa sobre a aprendizagem do futebol) e misto (de homens e mulheres envolvidos na coleta de sempre vivas) permitiu, tanto, aprender o ofício na emergência da prática etnográfica, quanto, ajudou a desvelar constrangimentos (silenciamentos) sofridos pelas mulheres.

Iniciaremos este debate explorando aspectos da inserção possível/possibilitada a cada uma das pesquisadoras. Para isso, escolhemos colocar em destaque os registros do diário de campo. O objetivo é oportunizar a imersão no debate proposto, bem como, permitir novas reflexões e análises sobre o tema. Afinal, como afirma Peirano (1995, p. 52):

[...] toda (boa) etnografia precisa ser tão rica que possa sustentar uma reanálise dos dados iniciais. Nela, as informações não são oferecidas apenas para esclarecer ou manter um determinado ponto de vista teórico, mas haverá sempre a ocorrência de novos indícios, dados que falarão mais que o autor e que permitirão uma abordagem diversa.

### **Entre Flores, Cafés, Receio e Acolhimento: A Aproximação das Práticas Sociais e das Experiências Culturais através da Etnografia em uma Comunidade Tradicional de MG**

Oliveira (2019) produziu seu trabalho com o objetivo de compreender a lógica de existir e habitar este mundo em um contexto rural através das perspectivas dos estudos do lazer, na expectativa de observar por um ângulo não habitual ao lazer a produção social dos sujeitos que, muito além de seu trabalho, é uma produção integral, ética e estética. Em diálogo com a antropologia, a história e a geografia e tendo a etnografia como principal pilar, o trabalho foi realizado junto a uma comunidade tradicional de coletores de flores sempre-vivas, no município de Diamantina, MG. Sendo o objetivo da etnografia “o de descrever as vidas das pessoas que não nós

mesmos, com uma precisão e uma afiada sensibilidade através da observação detalhada de experiência de primeira mão” (INGOLD, 2015, p.327) a pesquisa exigiu uma imersão em seu objeto de estudo. Investigar a relação dos moradores com a comunidade, com o tempo e com o mundo através da observação de suas práticas cotidianas, atentando para práticas que se situem próximas do conceito de lazer utilizado na pesquisa, como a rotina com as flores sempre-vivas, as festas e a religiosidade, e como estas práticas transformam o espaço-lugar onde acontece a vida dessas pessoas pode avaliar as possibilidades de contribuição dos Estudos do Lazer para a preservação destas empirias em um contexto global homogeneizador.

Porém, ao entrar em contato com os resultados de qualquer pesquisa social, raramente é possível se dar conta das dificuldades ao longo do percurso da pesquisa. Estas ficam reservadas ao caderno de campo enquanto às teses e dissertações são reservados os resultados impecáveis. É importante pontuar que qualquer pesquisador que se aventure às pesquisas sociais, que buscam compreender a identidade do outro e, para isso, optam por mergulhar o mais fundo possível em uma realidade desconhecida, enfrenta grandes desafios. O fato de ser mulher e socialmente mais vulnerável pode torná-los ainda maiores. Ser pesquisadora social é um desafio ímpar.

Uma das maiores surpresas relatadas por Oliveira (2019), ao pesquisar a comunidade, foi encontrar muitos homens realizando o trabalho tradicional na comunidade. Por ser uma comunidade de coletores de flores e artesanato, a primeira hipótese foi a de que a pesquisa seria realizada majoritariamente com mulheres. Esta hipótese foi a primeira a não ser confirmada pela pesquisadora, que precisou trabalhar em uma comunidade mista. O relato que se segue trata de alguns dos anseios experimentados por uma pesquisadora que se desafiou a adentrar em uma comunidade desconhecida, há quase 300 km de sua casa e que, não por opção, acabou transformando

sua coleta dados individual em uma tarefa “familiar”, já que além da companhia masculina, havia a necessidade de uma rede de apoio para que o deslocamento e permanência em outro município fosse possível:

Eu normalmente tenho dificuldades em dirigir em estradas sozinha. Não apenas por receio de acontecer algo com o carro na estrada e precisar de ajuda de um desconhecido, mas principalmente, pelo medo de ser vítima de qualquer tipo de crime, mais recorrente com mulheres. Assim, pedi que meu marido me acompanhasse na primeira visita ao meu local de pesquisa. Minha filha, na época com três anos, também nos acompanhou. Era muito importante para mim que ela soubesse onde eu estaria e porque estaria longe dela nos dias de imersão na pesquisa. A primeira parte da viagem foi tranquila: o trecho BH-Curvelo<sup>5</sup> é um trecho longo, de quase 170 km, porém de rodovia duplicada, com diversas opções de lugares para uma pausa emergencial, alimentação ou uso dos sanitários, o que chamamos de “pontos de apoio”. O trajeto parecia tranquilo, até nos depararmos com o próximo trecho da estrada. De Curvelo até a sede de Diamantina seguimos pela BR259 por mais aproximadamente 130 km. O trajeto até a sede é totalmente asfaltado, mas diferente do início da viagem, a estrada é de pista simples com trechos de difícil ultrapassagem e tráfego de grandes caminhões. Uma estrada difícil especialmente para quem não está tão habituado a dirigir na estrada, como eu. Além disso, o trecho conta com poucos “pontos de apoio” e sinal de celular intermitente, o que dificulta bastante o contato em caso de qualquer incidente. Além da estrada de asfalto com poucos “pontos de apoio” havia um trecho de quase 15 km de terra entre a sede de Diamantina e a comunidade, este sem sinal de celular e sem nenhum “ponto de apoio”, o que me deixou preocupada. Avaliando esses aspectos do trajeto decidimos que meu marido me acompanharia durante todas as incursões mesmo que não passasse o dia no povoado. Quando digo que decidimos, faz parecer mais simples do que realmente foi. Esta decisão apesar de ancorada em Malinowski, que afirmou que entre os princípios metodológicos da etnografia está o de que deve o pesquisador assegurar boas condições de trabalho, [...] (MALINOWSKI, 1984, p. 20) não foi tão fácil quanto parece. Meu marido também tem seu trabalho e seus compromissos, e eu me questionava se seria justo envolvê-lo na minha pesquisa, transformando-o de meu marido em um real assistente de pesquisa. Fui tomada por uma sensação de incapacidade que me fazia me questionar se teria escolhido adequadamente o meu local de pesquisa, mesmo sabendo o quanto aquele local era importante para lidar com o meu objeto de pesquisa e cheio de significados para mim. A maturidade e o tempo me fizeram perceber que nem sempre as coisas acontecem exatamente como queremos e que a necessidade de adaptação é parte do aprendizado também. Quando me tranquilizei da decisão de ter um acompanhante assistente de pesquisa, percebi que eu tinha mais um problema: não tinha com quem deixar minha filha que, em alguns momentos, precisou ir a campo também. Não por acaso grande parte dos agradecimentos da minha dissertação foi dedicado a eles, meu marido e minha filha. Em algumas incursões a campo eles ficaram comigo até bem tarde no povoado, em outras me deixavam lá, iam para a sede de Diamantina e me buscavam à noite ou até de madrugada. Na comunidade não havia sinal de celular eles

---

<sup>5</sup> É importante registrar que a pesquisa foi realizada entre 2017 e 2019 e que as rodovias podem ter sofrido modificações. Nota da autora.

tinham que estar lá nos horários e locais combinados para me buscar, não podia haver imprevistos. Lá também não havia comércio permanente ou um local público onde eu pudesse usar o sanitário e sempre que necessário, precisava pedir a um dos moradores para que pudesse utilizá-los. Por este motivo foram realizadas também outras adaptações no roteiro de pesquisa. Apesar dos inúmeros convites para dormir na casa dos moradores, optei por sempre retornar à sede de Diamantina e retornar no outro dia, mesmo que de madrugada. Esta decisão foi motivada pelo fato de grande parte das casas, muito simples, não possuir portas separando os cômodos, e algumas nem sequer nos banheiros, separados por uma cortina. Longe de questionar a simplicidade das casas acolhedoras e receptivas que adentrei no povoado, mas é difícil não se sentir vulnerável em um momento tão íntimo quanto o do uso do sanitário. Diferente de uma exigência de conforto havia uma necessidade de privacidade e preservação. Claro que ao longo dos dois anos de pesquisa precisei usar o sanitário por diversas vezes e, em algumas, utilizei sanitários que eram protegidos apenas por uma cortina de pano, mas isso não modificava a sensação de insegurança, não é uma situação fácil de acostumar. Optei por fazer o possível para somente utilizar o sanitário em casas em que tivessem mulheres e por pedir a companhia do meu marido sempre que estivesse em casas onde só houvesse apenas homens. As visitas aos campos de sempre-vivas que foram feitas com homens também foram acompanhadas pelo meu marido. Não houve nenhum tipo de abuso por parte de nenhum dos moradores, muito pelo contrário, eles foram sempre cordiais. Mas não há como prever isso e, às vezes, me amedrontava a ideia de que eles pudessem duvidar dos meus propósitos para estar com eles em lugares tão ermos. Na cidade não me comporto da mesma maneira e estou longe de ser uma mulher dependente. Mas ser mulher exige atenção a um conjunto de fatores que não acomete normalmente aos homens e, embora, incomodada com a situação e com conflitos de toda ordem, a presença do meu marido nessas situações se tornou importante. As estatísticas de violência e todas as histórias que permeiam a mente das mulheres e as nossas próprias histórias tornam a figura masculina em diversos momentos, um potencial agressor, especialmente quando estamos sozinhas (Notas do diário de campo).

Mas não foram apenas os momentos de ansiedade que marcaram a coleta dos dados de campo. Ao longo da pesquisa também houve momentos em que a pesquisadora relata “acolhimento e proteção”, experimentados principalmente quando estava entre um grupo apenas de mulheres - que além de coletoras e artesãs são mães, esposas e donas de casa.

Para conversar com as mulheres, no entanto, o fato de ser mulher tornava tudo mais fácil. Talvez por passar pelas mesmas inseguranças que nós pesquisadoras, as artesãs tenham sido acolhedoras e receptivas. Elas ainda me protegiam, pois sempre perguntavam se o “homem estranho à comunidade” estava comigo. Quando eu explicava que era meu marido, elas se tranquilizavam. O fato de chegar algumas vezes com a minha filha fazia as moradoras ainda mais receptivas. A distância e o cuidado na fala, que algumas vezes percebia quando as mulheres me viam como “a pesquisadora” eram diluídos quando juntas nos identificávamos apenas como mulheres

trabalhadoras e mães. Contávamos casos, trocávamos experiências ... Elas ofereciam locais frescos para minha filha ficar enquanto eu pesquisava (pois na comunidade em época de calor era muito quente), além de alimentos e água... (Notas do diário de campo).

A experiência no campo é de inegável valor para pesquisadores e pesquisadoras que optam pela realização de uma pesquisa social, e no caso da etnografia, ela é indispensável. Se realizada com métodos especiais de coleta, manipulação e registro de evidência (MALINOWSKI, 1984), ela é capaz de transformar o pesquisador (a) pois “a totalidade do interesse do etnógrafo na "cultura" e o modo como ele implementa esse interesse em campo é que definem seu trabalho como pesquisador de campo (WAGNER, 2010, p. 50).

Porém nem sempre há uma situação ideal no campo tendo em vista a maior vulnerabilidade feminina quando se trata de qualquer tipo de exposição. Identificar potenciais ameaças (inerentes à vida das mulheres) faz parte do percurso de pesquisa e, caso seja necessário, adaptações devem ser realizadas para que a pesquisa seja exequível. Essas adaptações, entretanto, não devem ser vistas como limitações e sim como estratégias necessárias de pesquisa, que vão garantir não apenas a integridade física da pesquisadora como a qualidade dos resultados da pesquisa.

### **Pesquisando uma Prática Masculina: Sobre a Aprendizagem do Futebol e sobre ser Mulher nesse Contexto**

O objeto da pesquisa de Faria (intitulada: *A aprendizagem na e da prática social: um estudo etnográfico sobre as práticas de aprendizagem do futebol em um bairro de Belo Horizonte*, 2008) foi as práticas de aprendizagem do futebol – um esporte/jogo amplamente popular no Brasil. Elaborada a partir de uma incursão etnográfica no universo das práticas futebolísticas cotidianas de jovens de um bairro de Belo Horizonte (MG), a investigação – que estabeleceu diálogo com a noção de

aprendizagem situada em comunidades de prática de Lave e Wenger (1991) – deu visibilidade a aspectos importantes do processo de aprendizagem, ao abordá-la como inerente à participação na prática social.

Vários desafios constituíram o percurso da incursão etnográfica da pesquisadora. O fato de o futebol ser identificado como prática masculina no Brasil e os limites postos à participação de uma mulher nesse âmbito (no qual força, virilidade e vigor físico constituem parte do exercício) revelaram-se potencialmente interessantes à compreensão da prática e desnudaram enfrentamentos para além da disputa em torno da bola no pé. Tais limites históricos em alguns momentos restringiram e, em outros, alargaram possibilidades de compreensão do universo do futebol. Exigiram da pesquisadora, portanto, confrontar-se no campo (por vezes, movediço).

A densidade da experiência de Faria (2008) revelou a pesquisa de campo como contexto de negociação permanente da presença feminina: seja com os praticantes do jogo no cotidiano de inserção no bairro pesquisado; seja com os interlocutores masculinos (quando os homens queriam ensinar a pesquisadora sobre o futebol); seja com o campo de produção do conhecimento sobre o futebol (hegemonicamente masculino). Os relatos abaixo (alguns em destaque na tese de Faria (2008), outros retomados do diário de campo posteriormente) buscam desvelar diferentes facetas da presença feminina nos contextos futebolísticos e, sobretudo, as implicações do “ser mulher” pesquisando futebol no Brasil.

Jamais tinha experimentado uma situação de tamanho envolvimento com as práticas de futebol. Terceira de quatro filhas, o futebol não fez parte dos jogos e brincadeiras na minha infância, nem mesmo nas aulas de Educação Física. Isso porque os esportes praticados pelas mulheres, nessa época, eram o vôlei e o handebol. Do meu pai herdei uma “adesão” (fraca) à torcida do Cruzeiro. Porém, como ele (que se envolve com o esporte apenas como telespectador), jamais frequentei campos e/ou estádios de futebol. E jamais usei uma camisa do clube. Meu contato com o futebol, no curso de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais, se deu em duas disciplinas específicas: Futebol de Campo e Futebol de Salão. No curso de graduação, entretanto, jamais joguei um “jogo de verdade”. Atenta aos processos

pedagógicos para o ensino das técnicas e regras futebolísticas, não me sentia à vontade no jogo. Na Universidade Federal de Ouro Preto, onde sou professora de Educação Física, é que experimentei o jogo. Em algumas aulas — para motivar jovens a participar do jogo de futebol em turmas onde predominava o masculino (turmas de Engenharias) — tive a oportunidade de jogar futebol com os alunos. Portanto, como outras mulheres brasileiras, nasci e cresci no “país do futebol” sem praticar o jogo (o que não significa que esse esporte não faça parte de minha vida). Afinal, neste contexto cultural, o futebol é prática do âmbito masculino. Diante do exposto, busquei fazer das diferenças com os informantes (nativos) possibilidade de conhecimento (FARIA, 2008, p.41).

Fiquei grávida no segundo mês da pesquisa de campo do doutorado – que durou aproximadamente um ano e meio. A minha presença em campo (que pelo fato de ser mulher já parecia destoar a lógica do lugar) tornava-se, assim, ainda mais inusitada: símbolo da feminilidade, a gravidez representava o total oposto de tudo que envolve o universo do futebol no Brasil. O estar grávida trouxe novos desafios (por exemplo, para a permanência em campo por longos períodos do dia, a falta de desenvoltura e o cansaço que aumentava à medida em que a gravidez avançava, dentre outros) e, por vezes, potencializou descobertas: por exemplo, do quanto os homens podem (devem?) permanecer alheios à gravidez. Isso era percebido pelo contraste da minha presença em diferentes contextos de produção do futebol no bairro. Assim, enquanto na escola as meninas e mulheres me rodeavam e me interpelavam sobre tudo que envolve a gravidez e o bebê (sororidade), no campo de futebol meninos e homens pareciam ignorar tal fato completamente. O exercício de masculinidade inerente ao futebol parecia, também, se revelar na invisibilização da minha gravidez (“coisa de mulher”) (Notas do diário de campo).

Em muitos momentos pude perceber que a pesquisa de campo conjugava possibilidades de descrever modos de aprendizagem do futebol com o aprendizado da minha condição de pesquisadora (mulher e grávida) entre homens futebolistas. As idas ao campo de futebol (e outros contextos de produção do jogo) me exigiu um esforço crescente e contínuo de conhecimento, antecipação e planejamento: a) planejar os deslocamentos (visto que em vários momentos os jogos de futebol aconteciam em bairros periféricos de BH e a ida com os jogadores tornava o processo muito mais demorado e difícil); b) planejar o tempo diário de estada no campo (os cuidados com a alimentação, o cansaço (e enjoos) e a necessidade de ir, repetidas vezes, ao banheiro – em função da gravidez – singularizavam o momento vivido); c) planejamento sobre as questões de segurança (muitos jogos transcorriam sob tensões e disputas que ultrapassavam o jogo (potencializando confrontos e brigas) – o que fazia com que eu me sentisse ameaçada sobretudo em função do bebê); d) planejamento quanto ao posicionamento no campo de futebol (o medo de uma bolada na barriga, de fato, me assombrava); dentre outros. Ao contrário do que se pode pensar, o término do período da gravidez não encerrou esse ciclo de envolvimento visceral/corporal da maternidade. O nascimento da minha filha gerou novas formas de estar no mundo e exigiu, portanto, outros modos de atenção: adotar a amamentação como alimentação exclusiva do bebê até o sexto mês de vida é, sem dúvida, um estresse gigante para quem precisa administrar saídas de casa. O peito cheio, o assombro do neném com fome, a atenção na bola correndo (e no campo/relações constituídas no futebol) e, ao mesmo tempo, no telefone (que podia a qualquer momento anunciar algo mais importante do que a pesquisa) me faziam refletir permanentemente sobre a minha presença; sobre feminilidades e masculinidades; sobre desigualdades de gênero. Enquanto eles brincavam, treinavam, jogavam, aprendiam o jogo, eu me colocava em campo e suportava, também, as tensões: de ser mãe pesquisadora (Notas do diário de campo).

Os limites colocados à participação das mulheres no universo do futebol não se reduzem, entretanto, à produção dos dados na pesquisa de campo. O processo de pesquisa de Faria (2008) permitiu que a pesquisadora pudesse perceber aspectos de gênero atravessando também os desdobramentos da investigação: as disputas de poder nas relações com os pares (homens) na qualificação e nos contextos de divulgação científica (congressos, seminários, etc.) marcam a relação da pesquisadora no trato com o tema/futebol. O trecho da tese de Faria (2008) que segue em destaque, por exemplo, gerou constrangimentos à pesquisadora na qualificação de doutorado.

Os jogos juvenis do campeonato de futebol amador da cidade aconteciam aos domingos. Para jogos marcados longe do campo do bairro era alugado um ônibus para levar os jogadores, o treinador, o auxiliar, etc. Nessas ocasiões optei por ir para o campo de ônibus com o grupo e retornar de carro. Quando os jovens seguiam a pé para o campo de futebol (em jogos marcados em bairros próximos), eu (grávida de 06/07 meses) optei por ir e voltar com o meu esposo — que aproveitava para assistir ao jogo. Essa presença nos jogos foi, portanto, uma particularidade da minha pesquisa de campo. Esse era, portanto, o único momento em que ele participava do contexto em que eu realizava a coleta de dados. Contudo, o contraste entre as nossas formas de envolvimento com as práticas de futebol também me chamou atenção. Enquanto frequentar o campo de futebol era para mim mais uma das muitas tarefas de doutorado (muito desgastante, pois os campos nos quais ocorriam os jogos raramente tinham sombra e os jogos ocorriam em horários de “sol a pino” e em condições muito precárias de acomodação: bancos de cimento, beiras de barrancos, etc.), para ele era tempo de “lazer”. Inicialmente, ele se envolvia na leitura do jornal (que sempre comprava a caminho do campo) e de tempos em tempos assistia ao jogo anterior ao do time pesquisado. Mas, iniciado o jogo desse time, ele ia se envolvendo na prática e passava a comentar os jogos e a fazer indicações aos jogadores. A euforia masculina em torno do futebol é intensa. Desse modo, muitas vezes, também meus sobrinhos pediam para ir ao campo conosco. Buscando apreender os modos de aprendizagem de um jogo (que causavam grande euforia aos meus acompanhantes masculinos), muitas vezes também me vi torcedora do time (FARIA, 2008, p.47).

O modo como um dos membros da banca interpelou a pesquisadora na qualificação do doutorado (a partir do trecho descrito acima) pode ser tomado como cena emblemática para as questões que envolvem o universo futebolístico.

A banca de qualificação da minha pesquisa de doutorado foi constituída por três homens: dois professores da UFMG (um sociólogo e um filósofo) e um professor externo com trajetória de estudos antropológicos no âmbito da Educação Física e do futebol. Embora, a constituição de uma banca masculina, de certa maneira, reafirmasse os homens como os interlocutores para as pesquisas sobre o futebol no Brasil, ela também significava possibilidade de testar novas teorias e práticas – já que tínhamos nos

embrenhado em um campo de debate sem muita tradição no Brasil: a abordagem situada da aprendizagem de Lave e Wenger (1991). Eu estava (juntamente com a minha orientadora) colocando a prova, portanto, a qualidade do empreendimento de pesquisa efetivado até ali. O nervosismo e a tensão que percorreu todo o processo de qualificação tiveram, entretanto, dois momentos de pico: a) o momento em que o professor especialista em futebol afirmou que o texto de qualificação trazia apenas o óbvio (será que o óbvio existe?); b) o momento que o professor especialista em futebol questionou sobre a participação do meu esposo nos meus deslocamentos para o campo de futebol e nas raras situações em que ele permaneceu nos campos de futebol comigo. Além de sinalizar para certa inadequação da minha escolha (eu diria falta de escolha), o professor afirmou em tom provocativo: “– Você estava com medo?”. Embora eu pudesse apenas responder que sim e, posteriormente, tratar seriamente tais aspectos na análise dos dados da pesquisa (que afinal é sempre resultado de uma relação possível), o tom de provocação da pergunta parecia reafirmar o futebol como um lugar para “machos” e me fez esmorecer. O silêncio foi a única resposta que consegui esboçar. Atravessada por relações entre poder e conhecimento e pela força social do discurso masculino sobre a coragem, fiquei completamente muda nos dias que se seguiram à qualificação (Notas do diário de campo).

Aprender a lidar com os elementos dispostos na pesquisa de campo (que envolvia a presença feminina em contextos de masculinidades) e para além dela, jamais passou despercebido para Faria (2008). Ao contrário, era algo que se constituía como um importante dado a ser considerado na pesquisa. O fato de ser mulher e os múltiplos desdobramentos da presença feminina em contextos masculinos (de futebol) elucidou aspectos importantes do aprender nas práticas futebolísticas e dos seus praticantes, mas também do significado da posição feminina em jogos de domínio masculino: o campo de futebol (e seu entorno), o campo acadêmico e o campo das relações sociais cotidianas.

### **Caminhos e Descaminhos da Imersão Etnográfica de uma Pesquisadora/Mulher na Escola Família Agrícola: Desafios e Aprendizagens**

Na pesquisa de Martins (2018) (intitulada: Um olhar para a escola família agrícola e para a pedagogia da alternância como possibilidade de problematização do lazer no entrelaçamento dos tempos da escola, do trabalho e da experiência cultural), a proposta foi de valorização das experiências culturais dos sujeitos e do local de onde

eles vêm, tendo em vista, especificamente, a necessidade de perceber o lazer numa lógica em que o trabalho é o signo ordenador dos tempos. Partindo dessa proposta, a busca foi por desenvolver um estudo capaz de, ao mesmo tempo, compreender um processo de formação escolar que tem como centralidade o trabalho, sem perder de vista as manifestações culturais - além de trazer reflexões sobre a importância das experiências de lazer na constituição tanto identitária quanto da produção material do cotidiano.

A pesquisa foi realizada numa relação aprofundada com a Pedagogia da Alternância<sup>6</sup>, que trabalha numa lógica da ordenação dos tempos, com a instauração de ciclos, alternando entre a vida escolar e a vida comunitária, voltada essencialmente para o trabalho e que tem o estudante como ator central. Essa pedagogia ao alternar tempos e espaços, estabelece um critério de formação integral dos estudantes, levando em consideração suas realidades diversas.

A instituição escolhida para realizar tal pesquisa foi a Escola Família Agrícola (EFA) Puris de Araponga, situada na comunidade Novo Horizonte – São Joaquim – zona rural de Araponga – MG. Uma escola de educação do campo, que por trabalhar em sistema de alternância, tem a presença dos estudantes por 15 (quinze) dias no ambiente escolar em regime de internato e 15 (quinze) dias na comunidade, onde ambos os tempos são considerados dias letivos.

Nos caminhos da pesquisa Martins (2018) compreendeu que para responder às questões propostas no projeto de pesquisa, precisaria realizar uma descrição densa que valorizasse as experiências culturais no cotidiano escolar. A escolha metodológica da etnografia ocorreu, portanto, por valorizar o envolvimento no campo, o encontro com o

---

<sup>6</sup> Tendo em vista que “a formação do aluno pela alternância, não se limita a um ou dois atores, mas se estende a toda a complexidade do mundo que envolve a vida do formando (família, amigos, trabalho, economia, cultura, escola, política...) onde nenhum dos elementos que intervém é passivo, todos são parceiros, co-autores, co-responsáveis, comprometidos (GALVÓ, 1999, p. 21).

outro (no sentido de trazer a percepção e a lógica dos sujeitos envolvidos na pesquisa) com uma análise atenta ao encontro intercultural (MARTINS, 2018).

Disposta ao esforço intelectual necessário e ciente da complexidade dos estudos baseados na cultura, Martins (2018) lançou mão da etnografia. Tomando-a como percurso de envolvimento com o campo, que possibilitou o aprofundamento, o vínculo com a história, com os sujeitos, suas relações e dinâmicas. Tais escolhas, de pesquisa não só possibilitaram, como também exigiram, diferentes aprendizados da pesquisadora: para que fosse possível realizar a pesquisa sendo mulher e mãe de uma criança de apenas 03 (três) anos. O relato a seguir traz algumas experiências desse percurso:

A primeira dificuldade encontrada na minha pesquisa foi a distância de 320 km, que me custava em média 6 horas de viagem, oscilando entre estradas de asfalto movimentadas e estradas de chão. Para chegar ao local escolhido, eu precisava dirigir por todo esse percurso, pela dificuldade de transporte público que me levasse a esse local específico. Na primeira ida a campo, precisei ser acompanhada do meu companheiro e do meu filho, para me ajudar a mapear os locais de parada mais seguros para alimentação ou caso acontecesse algum imprevisto no percurso. Além de dicas, para lidar não apenas com as especificidades da estrada, mas principalmente com homens motoristas, que minorizam a experiência das mulheres ao volante. Na segunda ida a campo, já sozinha, percebi o quanto a maioria dos motoristas homens são muito menos pacientes e mais agressivos (na ultrapassagem e/ou com a velocidade reduzida, etc.), pelo simples fato de ser uma mulher dirigindo desacompanhada da figura masculina. Para desenvolver tal pesquisa era preciso enfrentar os receios e dificuldades não apenas da proposta, propriamente dita, mas também questões relacionadas ao trânsito e ao lugar da mulher numa sociedade machista que a oprime em diferentes esferas da vida (Notas do diário de campo).

A segunda dificuldade na pesquisa era referente ao tempo de permanência que a etnografia me exigia. A escola pesquisada trabalha em sistema de alternância, e eu optei por acompanhar o tempo escolar: vivendo como os estudantes, dormindo em alojamento, vivenciando o cotidiano, partilhando as refeições, assistindo às aulas, acompanhando as visitas técnicas, realizando trabalhos de agroecologia, entre outras experiências. Elaborei um cronograma que previa a minha permanência na escola por uma semana a cada mês. Tal cronograma levava em consideração tanto o tempo de permanência que me permitisse uma descrição densa, que possibilitasse análises consistentes, como também considerava o tempo que era possível permanecer fora de casa. Como mãe, ficar distante de um filho de 3 (três) anos, implica em saudade, em saúde psicológica, em uma rede de apoio que dê suporte a essa criança, além de uma organização prévia para que o cotidiano dela seja afetado de forma menos intensa. Dentre várias questões desafiadoras, eu precisava lidar também com a dificuldade de comunicação, o sinal de telefonia e internet era restrito, tinham locais específicos nos quais era possível captar o sinal (geralmente nas janelas das salas de aula ou do alojamento), o que me deixava permanentemente com uma certa aflição de não poder receber notícias do meu filho a qualquer momento. Para mim todas essas questões estavam latentes, mesmo que o pai estivesse presente, disposto a desenvolver

o seu papel e a colaborar ainda mais para tornar possível a minha saída (Notas do diário de campo).

A pesquisadora relata, por outro lado, que ser mulher e realizar uma pesquisa que estabelece um diálogo com o campo da educação lhe trouxe privilégios. O ambiente escolar, na maioria das vezes, é composto por um número grande de mulheres: quando pensamos na administração, parte pedagógica e de auxiliares (mesmo que o número de estudantes seja equilibrado em termos de pessoas do sexo masculino e feminino).

Naquele ambiente gerido por mulheres eu sentia um acolhimento, um sentimento de sororidade. Dentre várias as situações, destaco o cuidado ao disponibilizar para meu uso um banheiro muito bem higienizado, com portas e chaves, onde eu me sentia completamente segura e à vontade. Pelo fato de eu ser mulher e mãe, percebia um cuidado e uma afetividade, que rendiam conversas de amparo e valorização pela “coragem” de encarar tal empreitada (Notas do diário de campo).

E ainda, realizar uma pesquisa no contexto do campo, com sujeitos interlocutores que se assemelham fisicamente comigo, sendo eu uma mulher negra, possibilitou uma maior abertura por parte deles e delas e o não estranhamento ao habitar o alojamento das mulheres estudantes e professoras. Tais características geraram uma identificação que possibilitou que compartilhassem de suas vidas e suas histórias<sup>7</sup> (Notas do diário de campo).

Os fatos apresentados acima são alguns dos muitos vivenciados pela pesquisadora ao longo do percurso. Eles servem para exemplificar como o fato de ser mulher impacta na forma de fazer pesquisa em diferentes campos de estudo (aqui especificamente no campo de estudos do lazer em relação com a educação), tanto metodologicamente, quanto nas formas de acesso e peculiaridades dos resultados alcançados.

---

<sup>7</sup> O fato de ser uma mulher negra investigando um contexto com a presença de outras mulheres/pessoas negras, nesse caso específico, favoreceu o desenvolvimento da pesquisa. Contudo, é de fundamental importância salientar que a condição da mulher negra no meio acadêmico e na sociedade como todo é de grande dificuldade. A falta de oportunidades, de credibilidade, de condições favoráveis e seguras – que são fatores que limitam e/ou impossibilitam todas as mulheres no desenvolvimento de suas pesquisas – são agravadas para as mulheres negras. Isto, para aquelas que conseguem superar os processos amplos de exclusão social e de racismo e que acendem para a possibilidade de um percurso acadêmico.

## **Sobre Vulnerabilidades, Desigualdades e Relações de Poder: Reflexões sobre a Acesso e Participação das Mulheres na Pesquisa**

A intenção de mergulhar nos meandros que constituíram as “escolhas” das pesquisadoras nos processos de incursão ao campo, exigiu retomar um conjunto de debates sobre o gênero (sobretudo, dando relevo aos diferentes aspectos que afetam a participação das mulheres nas dinâmicas de produção do conhecimento e na ciência de um modo geral), bem como, nas práticas coloniais que reverberam neste âmbito. Neste item colocaremos foco, portanto, sobre o contexto sócio histórico e cultural que permeia as práticas científicas e que gera desigualdades de gênero. Iniciaremos, contudo, explorando aspectos da vulnerabilidade social das mulheres: aquela que, embora invisível, está presente e constitui o percurso de pesquisa de campo descrito pelas pesquisadoras.

O termo vulnerabilidade tem sido amplamente utilizado em noticiários, bem como, na academia. Sua utilização está basicamente associada a grupos menos favorecidos ou excluídos na esfera social, seja por questões raciais, sociais, culturais, de gênero ou diversas outras situações. Sem a pretensão de esgotar o debate sobre o uso da noção de vulnerabilidade, dialogaremos com os aspectos referentes à sua origem e desdobramentos que repercutem as questões esboçadas neste artigo.

Estudos apontam que a utilização acadêmica do termo “vulnerável” se intensificou na década de 1980, associada principalmente à saúde pública no que se referia à epidemia de HIV, para identificar os grupos que estariam mais suscetíveis a se contaminar pelo vírus, sendo estes os indivíduos vulneráveis. Em seguida seu uso foi ampliado em referência a grupos ou indivíduos fragilizados jurídica ou politicamente e que, em probabilidade, são menos favorecidos quando comparados a outros em uma determinada situação. Segundo a Abramovay (2002) a vulnerabilidade

[...] traduz a situação em que o conjunto de características, recursos e habilidades inerentes a um dado grupo social se revelam insuficientes, inadequados ou difíceis para lidar com o sistema de oportunidades oferecido pela sociedade, de forma a ascender a maiores níveis de bem-estar ou diminuir probabilidades de deterioração das condições de vida de determinados atores sociais (ABRAMOVAY, 2002, p. 20).

Ayres (2006) aponta que a vulnerabilidade pode ser analisada nas dimensões individual, social e programática ou institucional. O autor aprofunda no termo principalmente sob a ótica da saúde, mas pode-se transpor o entendimento para as ciências humanas para se abordar vulnerabilidades que incidem sobre a infância, a juventude, a velhice e às questões do gênero, por exemplo. Assim, temos que a vulnerabilidade à violência na dimensão individual, estaria ligada a probabilidade de sofrer violência enquanto indivíduo, na dimensão social estaria ligada a forma como a sociedade lida material, política e culturalmente com esta violência e, finalmente, na dimensão programática estaria ligada às políticas públicas de prevenção da violência. Tais reflexões permitiram contextualizar a condição das mulheres no Brasil a partir da noção de vulnerabilidade neste artigo.

As estatísticas apontam que as mulheres são um grupo vulnerável por estarem mais suscetíveis à violência enquanto indivíduos. Inseridas em uma sociedade desigual e ainda repleta de estereótipos de gênero, apenas recentemente, elas têm sido contempladas por políticas específicas voltadas à prevenção e combate a violência. A escassez de políticas afirmativas de diversidade e a legitimação cotidiana da violência contra as mulheres (mas, também, contra povos indígenas, afrodescendentes, dentre outros) reverberam vulnerabilidade nas relações sociais cotidianas.

Diferenciar a violência a que todos estão sujeitos de uma cultura da violência (que é a legitimada a partir da posição de dominação) é de fundamental importância, afinal, estamos inseridos em uma sociedade que nega a existência do diferente/outro invisibilizando-o (ARROYO, 2014). Assim, é importante sinalizar que as mulheres têm

menores oportunidades e maiores dificuldade de ascender a níveis de bem estar, além de ter a sua condição de vida e a sua integridade física constantemente ameaçada<sup>8</sup>.

Abordar a participação das mulheres na produção científica (em diálogo com o trabalho de campo) requer, então, resgatar aspectos histórico relacionados à vulnerabilidade histórica e cultural ligada não apenas à violência física como, também, à supressão de direitos básicos e à situação de subalternização a que as mulheres têm sido submetidas ao longo do tempo.

No Brasil são recentes as conquistas das mulheres, tais como, o direito ao voto e a possibilidade de frequentar cursos superiores sem precisar da autorização de seus pais ou companheiros, como acontecia no início do século XX. A dominação histórica das mulheres contribuiu para a existência de uma cultura da violência, especialmente violência doméstica, que apenas no ano de 2006 começou a ser efetivamente coibida a partir da lei 11340/06, Lei Maria da Penha. No dado mais recente do Atlas da Violência apenas no ano de 2018 4.936 mulheres foram assassinadas no Brasil, ou seja, mais de 10 mulheres foram assassinadas todos os dias. E não apenas assassinadas, fora do alcance desta estatística há mulheres abusadas, violentadas e agredidas.

Em 2018 o IBGE demonstrou que em períodos habituais, as mulheres ocupadas no mercado de trabalho dedicam em média 18 horas semanais para cuidados domésticos e de outras pessoas, contra 10 horas dedicadas pelos homens para as mesmas tarefas.

---

<sup>8</sup> O Glossário da Defesa Civil (2007) define como “vulnerabilidade” a relação entre uma potencial ameaça e um dano, caso ela ocorra. Utilizando este paralelo em uma análise da violência contra a mulher a partir do Atlas da Violência (2020) poderíamos considerar “dano” como a violência sofrida e os homens como a “potencial ameaça”. Esta afirmação baseia-se no dado que afirma que, entre 2008 e 2018, as taxas de homicídios de mulheres se mantiveram constantes e próximas à taxa de homicídios no Brasil enquanto as taxas de feminicídios, que segundo a Lei 13.104, de 2015, são definidos como os “homicídios de mulheres em contexto de violência doméstica e familiar ou em decorrência do menosprezo ou discriminação à condição de mulher (BRASIL, 2015)”, aumentaram. Conclui-se assim que, em uma divisão apenas por gênero, temos socialmente homens e mulheres em uma relação de hierarquia e um cenário de dominação masculina, percebendo-se claramente a situação de vulnerabilidade feminina. Importante pontuar que consideramos nesta análise apenas o indicador violência letal, mas que há ainda inúmeras outras violências, como as tipificadas na Lei Maria da Penha (2006), que além da violência física destaca a violência psicológica, a violência moral, a violência sexual e a violência patrimonial e que, em muitos casos, estas violências acontecem de forma simultânea.

Enquanto se dedicam a afazeres domésticos, as mulheres abdicam de seus projetos pessoais e profissionais em detrimento do cuidado familiar. Alguns destes projetos são postergados e mesmo abandonados – o que contribui para a manutenção da desigualdade. Enfim, o trabalho doméstico é tão invisível quanto as próprias mulheres<sup>9</sup>.

A publicação do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, (GONÇALVES, 2016) que pesquisou as 500 maiores empresas em faturamento do país no ano de 2014 entrevistando mais de 300 mil pessoas, demonstrou que dentre os cargos mais elevados das grandes empresas, apenas 11% eram ocupados por mulheres. Nos cargos legislativos nacionais também há escassa representatividade feminina. Em 2017 Congresso, Senado e Câmara possuíam baixa proporção de mulheres legislando, sendo a maior delas de apenas 16%, no Senado.

Na Educação fica delegado quase exclusivamente às mulheres lecionar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Elas são, entretanto, substituídas pelos homens à medida que avançam os anos finais do ensino fundamental e o ensino médio, apesar de ainda serem maioria (BRASIL, 2009). Em contraste, na docência no ensino superior os homens são maioria. Na própria academia, as pesquisas demonstram que a proporção de mulheres diminui à medida que aumenta o nível de escolarização.

O conjunto de dados acima descritos (ainda que apresentados de forma panorâmica, dado que as desigualdades e vulnerabilidades tem capilaridade cotidiana) torna possível constatar que, apesar das mulheres serem maioria nos cursos de graduação e possuírem maior escolaridade que os homens, elas ainda precisam lutar para conquistar espaços de destaque na academia e no mercado de trabalho.

---

<sup>9</sup> É importante sinalizar que, embora o objetivo deste artigo não seja abordar os limites históricos impostos à participação das mulheres no lazer, os dados acima possibilitam compreender discrepâncias, também entre homens e mulheres no acesso ao lazer, ou seja, muitas mulheres que adentram no âmbito do lazer como pesquisadora estão historicamente excluídas da possibilidade de usufruir dele como um direito social.

Encontramo-nos, portanto, ainda distantes da possibilidade de atingir a meta global da igualdade de gênero definida pela ONU - que almeja empoderar mulheres para que elas possam ocupar todos os setores da economia.

Considerando o tempo de escrita deste artigo (conforme dito anteriormente, de isolamento social), é importante mencionar que a centralidade do trabalho das mulheres neste momento, ocupando a linha de frente no combate à COVID-19, não condiz com a desvalorização do seu trabalho. Segundo dados do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde<sup>10</sup> no Brasil

[...] as mulheres são a principal força de trabalho da saúde, representando 65% dos mais de seis milhões de profissionais ocupados no setor público e privado, tanto nas atividades diretas de assistência em hospitais, quanto na Atenção Básica (CONASEMS, 2020).

A carreira da Enfermagem e suas ramificações (graduadas, técnicas e auxiliares e etc.), a mais envolvida no combate a epidemia, possui um percentual de trabalhadoras superior a 80%. Todas essas carreiras exigem formação acadêmica, seja no nível técnico ou superior. Essas profissionais que hoje atuam no cuidado se expondo diretamente ao risco de contaminação à doença, tendo sua carga profissional ampliada e se desdobrando ainda em múltiplas tarefas entre o exercício da profissão e a rotina materno/doméstica, em algum momento precisaram (e ainda precisam) estar em sala de aula. Enfim,

[...] são as mulheres que dão status político ao cuidado, que realizam os trabalhos não pagos, que vivenciam duplas, triplas jornadas de trabalho mal pago e estão na linha de frente das atividades que garantem a reprodução e manutenção da vida (MARTINS & ALAGIA, 2019, p. 10).

Neste âmbito de discussão, Gago (2019, p. 80) aponta uma questão instigante: "Em qué sentido el cuerpo de lãs mujeres puede pensarse como um territorio de

---

<sup>10</sup> Dados do Conselho Nacional de Secretarias municipais de Saúde – CONASEMS - disponíveis em: <http://www.conasems.org.br/>.

conquista?” Em diálogo com Maria Mies, Veronika Bennholdt-Thomsen e Claudia Von Werlhof (1988), a autora reflete “sobre lãs mujeres como “colonias”, ou seja, “territorios de saque o sobre los que se extrae riqueza a fuerza de violencia.” Nas palavras de Gago (2019, p. 89):

A partir de La analogía cuerpo femenino y colonia, conectaron lo que el capital explota como “recurso gratis” em el trabajo doméstico, em el trabajo campesino y em el trabajo de lxs habitantes de villas em lãs ciudades, y explicaron que esa explotación es simultáneamente colonial y heteropatriarcal (GAGO, 2019, p. 89).

No que tange ao debate aqui proposto (sobre ser mulher pesquisadora), é necessário considerar, ainda, aspectos relacionados à maternidade. Considerar a maternidade como parte do percurso acadêmico feminino é relevante, pois de acordo com o Censo da Educação Superior (2019) a idade média de ingresso das mulheres à educação superior é aos 21 anos. Considerando que o último Censo realizado no Brasil apontou que a idade média para o nascimento do primeiro filho é aos 24 anos, (IBGE, 2011a) percebemos que existe uma sobreposição temporal entre os dois acontecimentos. Ainda assim, se pensarmos na continuidade dos estudos, uma mulher que ingresse na graduação superior aos 21 anos e siga ininterruptamente pelo mestrado e doutorado passará no mínimo 10 anos dentro de uma universidade, o ápice de sua idade fértil. Levando-se em consideração que nem sempre este percurso ininterrupto é possível, pode-se perceber que uma mulher que decida alcançar o nível do doutoramento passará grande parte de toda a sua idade fértil dentro do campus de uma universidade. Diferente dos homens, a idade reprodutiva das mulheres finda ainda na idade adulta.

A maternidade tem sido alvo de discussões, ainda recentes, por um grupo de pesquisadores denominado “Parente in Science” (2020) – que é formado por mães (e um pai) que se dedicam à discussão sobre maternidade e carreira. Elas avaliam as implicações da chegada dos filhos na carreira científica de mulheres e homens em

diferentes etapas da vida acadêmica. Onde consideram que suas “ações levaram a mudanças concretas no cenário científico brasileiro, trazendo a maternidade para o centro da discussão” (PARENT IN SCIENCE, 2020). Além de palestras e simpósios de discussões sobre o tema, o grupo tem feito movimentos importantes como: a inserção dos filhos no currículo lattes, a consideração dos períodos de licença maternidade na análise dos currículos, mudanças de plataformas digitais como o LinkedIn, entre outras ações.

A desigualdade de gênero no âmbito da produção acadêmica é explícita (mesmo que ela não aconteça apenas neste contexto). Ela é uma realidade no Brasil e no mundo e acompanhar as estatísticas pode auxiliar essa percepção. Apesar dos números da publicação do Parent Science causarem comoção, apenas confirmam resultados que diversas pesquisas anteriores já sinalizavam: a produção acadêmica das mulheres sofre com as outras demandas que elas absorvem regularmente e não apenas no momento atual de pandemia.

Este artigo parte do princípio de que qualquer forma de conhecer é produto de “atividades humanas, fruto de práticas coletivas interconectadas com nosso mundo de representações culturais e simbólicas, com as normas, os discursos e as instituições nas quais estamos inseridas” (JASANOFF, 2004, p. 3). Como aponta Jasanoff (2004),

[...] o conhecimento científico não é um domínio externo e transcendente ao mundo social, mas ele embute e é embutido nas práticas sociais, identidades, normas, convenções, discursos, instrumentos e instituições, – em breve, em todo o edifício que chamamos social (JASANOFF, 2004, p. 3).

De outro modo, tal como apontam as antropólogas Sharon Traweek (1988) e Emily Martin (1998) o território da ciência é “um campo de privilégios e prestígio ancorado em valores associados à neutralidade, distanciamento e universalidade” (*apud* PÉREZ-BUSTOS, 2020, p.91). Pautada nos debates teóricos como Donna Haraway

(2004), Sandra Harding (1996) e Diana Maffia (2005)”, Pérez-Bustos (2020, p.91) vai reafirmar tais qualidades como androcêntricas.

Mas o que está aqui em questão não é um sentido genérico de masculinidade. Mas, as práticas concretas realizadas por sujeitos particulares: homens-brancos-europeus (PÉREZ-BUSTOS, 2020, p.91).

[...] el conocimiento que se erige como principal logro humano y como visión universal y objetiva del mundo, expresa el punto de vista que las feministas llamamos “androcéntrico”: el del varón adulto, blanco, propietario, capaz. Las propias instituciones que estos varones crean, legitiman y justifican la falta de condiciones indispensables del resto de los sujetos para participar en ellas: nos niegan racionalidad, capacidad lógica, abstracción, universalización, objetividad, y nos atribuyen condiciones a las que les restan cualquier valor epistémico: subjetividad, sensibilidad, singularidad, narratividad (MAFFIA, 2005 *apud* PÉREZ-BUSTOS (2020, p.92).

O ethos científico constitui (constrói) certas normas e expectativas de gênero que se cruzam e moldam a cultura da ciência promovendo práticas e interações de gênero e legitimando uma determinada posição de sujeito para quem faz ciência (PÉREZ-BUSTOS, 2020, p.92). Essa leitura produz incongruência e “afeta as percepções que as pessoas têm sobre a qualidade e o interesse atribuídos aos trabalhos científicos desenvolvidos por mulheres”. Do mesmo modo, afeta “os valores positivos ou negativos atribuídos a trabalhos científicos que podem ser classificados como femininos ou masculinos” (PÉREZ-BUSTOS, 2020, p.92)

Santos (2010) pontua que os últimos cinquenta anos têm sido marcados por lutas pelo reconhecimento de direitos dos povos subalternizados, entre eles encontram-se as mulheres. Valorizar a produção acadêmica das mulheres e seus percursos é de extrema relevância e urgência. Mas antes se deve cuidar do reconhecimento e da valorização da mulher em todos os outros âmbitos e, principalmente, da ruptura com a cultura da violência. Sinalizar a importância de reconhecer a singularidade dos processos de

produção de conhecimento é parte do que propõe Santos (2010) na noção de ecologia de saberes.

### **Ser Pesquisadora, Mulher e Mãe: Por uma Política do Cuidado**

Os relatos das três pesquisadoras sobre o entrelaçamento dos caminhos de pesquisa com o fato de serem mulheres e mães revelam não apenas três experiências únicas. Elas apresentam, também, atravessamentos de uma realidade experimentada cotidianamente por um grande número de mulheres que, ao longo da vida (acadêmica) não encontram respaldo para a singularidade de suas práticas, nem políticas afirmativas e de cuidado.

Realizar uma pesquisa de campo não é uma tarefa fácil para nenhum pesquisador, pois, dentre outras coisas (próprias ao ofício), ela exige dedicação, atenção, tempo e, em muitos casos, longos deslocamentos: inclusive de formas de ver o mundo e a si próprio. Considerando-se que uma mulher tem maiores chances de ser alvo de qualquer tipo de violência (mesmo em ambientes familiares), consegue-se logo imaginar o quão desafiador pode ser para elas adentrar em um ambiente desconhecido. Assim, tal empreendimento exige abertura, criatividade e persistência.

As dificuldades descritas acima enfrentadas pelas pesquisadoras não são, portanto, pontuais. Conforma argumenta (LÖWY, 2020):

As dificuldades das pesquisadoras não ficam limitadas ao início da carreira. Numerosas mulheres continuam acumulando (pequenas) desvantagens ao longo de sua trajetória: poucas expectativas por parte dos pais e dos professores; um pouco menos de encorajamento por parte dos colegas e dos superiores hierárquicos; uma maneira sutilmente diferente de avaliar o trabalho cumprido; um avanço mais lento. Elas devem, paralelamente, enfrentar dificuldades maiores para conciliar trabalho, vida de casal e responsabilidades familiares. Nem todas as mulheres encontram o conjunto destes obstáculos. Algumas, particularmente afortunadas, não enfrentam nenhum. Outras mulheres são suficientemente motivadas para superar todas as dificuldades, ou conseguem, mesmo, se servir de certos contratempos como um trampolim para avançar. Daí as carreiras impressionantes de certas pesquisadoras. Em média, contudo, as mulheres encontram mais dificuldades

em sua carreira do que os homens. O acúmulo gradual das cicatrizes, por menores que sejam, pode produzir feitos importantes no fim do percurso. Não é necessário pesquisar incidentes maiores e acontecimentos dramáticos para explicar “por que tão lentamente?”. O desgaste do cotidiano pode ser amplamente suficiente (LÖWY, 2020, p. 239).

O relato de Faria (2008) é exemplo da demonstração do desincentivo da participação das mulheres na pesquisa de campo, sobretudo, em contextos nos quais impera o *ethos* masculino. O modo como o pesquisador/homem a questionou sobre o medo de permanecer sozinha em campo, nos jogos de futebol com grandes tensões/conflitos e que a colocava em posição de vulnerabilidade explícita (já que uma mulher grávida tem a sua agilidade, equilíbrio e locomoção amplamente alterados nos últimos meses de gravidez), revela o quanto é complexo se estabelecer como pesquisadora. Acontece que como Faria (2008), a maioria das mulheres (nas suas necessidades e singularidades) são mais “frequentemente criticadas ou ignoradas do que seus colegas homens”<sup>11</sup>. Segundo Löwy (2020):

As pesquisas de Valin confirmam que, no fim dos anos 1990, o sexo da pessoa que cumpria um trabalho dado continuava a influenciar a maneira com a qual se avaliava seu trabalho. Os “esquemas do gênero”, isto é, as expectativas – muitas vezes inconscientes – de que um homem ou uma mulher se comportem de um modo pré-determinado, influenciam de uma maneira permanente nossa maneira de julgar as ações dos indivíduos. A adesão, ainda que sincera, aos princípios da igualdade e ao *ethos* da objetividade científica, não é suficiente para eliminar o viés introduzido nos meios de pesquisa, por percepções distintas das performances masculinas e femininas. A cultura da ciência, de acordo com a biofísica e historiadora das ciências, Evelyn Fox Keller, é dominada por atitudes que poderiam ser descritas como masculinas, e, mesmo, “machistas”: a valorização da agressividade, da competitividade, das hierarquias rígidas (LÖWY, 2020, p. 238).

Do mesmo modo, o medo que envolvia os deslocamentos de Oliveira (2019) e Martins (2018), embora banalizado e/ou repudiado no âmbito da academia, circunscreve dinâmicas que estão no cerne do fazer pesquisa de campo por mulheres. Trata-se de uma “ética” que encobre desigualdades, vulnerabilidades, relações de poder e,

---

<sup>11</sup> Segundo Löwy (2020, p. 241), “ocasionalmente, elas são, também, de forma sutil, submetidas a assédio sexual. Seus colegas homens fazem observações que se relacionam com a sexualidade”.

sobretudo, se circunscreve à sombra da hegemonia do modo masculino/branco/hetero de fazer pesquisa<sup>12</sup>.

Como observa Löwy (2020, p. 235):

O discurso sobre o objetivo compartilhado pode mascarar uma exigência implícita de uma ética de trabalho “masculino” e uma impaciência diante das demandas específicas das mulheres que podem, por exemplo, solicitar horários menos rígidos (ESINHARDT; FINKEL, 1998). Mesmo o circuito paralelo da ciência confere, muitas vezes, um lugar mais importante para os pesquisadores masculinos. Esta tendência é ainda mais pronunciada na Ciência “oficial” (LÖWY, 2020, p. 235).

Considerando os relatos das pesquisadoras (em destaque), as escolhas percebidas como limites são, de fato, atitudes de enfrentamento. Tratam-se, portanto, de avaliações (das possibilidades efetivas de realização da pesquisa) e ações inerentes ao pesquisar. Tal como sugerem Gomes; Faria e Bergo (2019), a etnografia constitui-se de um processo de aprendizagem que converge com a estada em campo.

Distante da ideia de fraqueza (amplamente associada ao feminino), as escolhas das pesquisadoras demonstram certa dose de maturidade (e coragem) e de criatividade para sugerir a participação de outros sujeitos em algumas situações específicas. Para as pesquisadoras, sobretudo aquelas que se embrenham nesse exercício/ofício sendo mães, a necessidade de zelar pela segurança (por sua vida) não é um drama social marginal. Se constituir como pesquisadora e mulher em diálogo com um amplo universo de exclusão social, exploração e de violências de gênero (que convergem em vulnerabilidade

---

<sup>12</sup> “Em um artigo sobre um fenômeno que Robert Merton batizou de “efeito Mathieu”, ele sustenta que uma quantidade desproporcionada de recursos disponíveis, assim como a visibilidade pública e o reconhecimento pelo meio, vai para os pesquisadores que adquiriram notoriedade em um dado domínio (uma variante do provérbio “só se empresta aos ricos” (LÖWY, 2020, p. 237). A historiadora das Ciências, Margaret Rossiter (1993), “retoma este argumento para indicar que as mulheres são muitas vezes vítimas de um processo inverso, que ela nomeou “o efeito Mathilde”. Menos bem inseridas nos quadros, confrontadas a atenções menores de seus superiores hierárquicos e de seus colegas, o valor de suas contribuições poderia ser minimizado. O que se reflete sobre seu acesso aos recursos e sobre o desenvolvimento de sua carreira” (LÖWY, 2020, p. 237). Uma contribuição, feita por um homem, explica Rossiter (1993), “é percebida de uma maneira não problemática como a expressão de seu talento e de suas capacidades. A contribuição de uma mulher recebe muitas vezes qualificativos suplementares. Para parafrasear a escritora feminista Joanna Russ (1983): Ela não o fez; Ela o fez, mas não deveria ter feito; Ela o fez, mas vejam bem o que ela fez; Ela o fez, mas somente uma vez; Ela o fez, mas não é verdadeiramente ciência e ela não é verdadeira pesquisadora; Ela o fez, mas teve ajuda; Ela o fez, mas é uma anomalia; ela o fez, MAS...” (apud LÖWY, 2020, p. 237).

evidente) é, sem dúvida, um grande desafio e que precisa ser enfrentado não de maneira isolada, mas como intervenção política.

Os registros de campo das pesquisadoras permitem compreender que - tal como Zaluar (1985), que teve que lidar com o outro no embate do encontro etnográfico - elas também se constituíram nas relações em campo. Conforme analisa Bonetti (2007, p.56):

Zaluar (1985), ao abordar diretamente o medo que sentiu ao iniciar seu trabalho de campo na favela carioca Cidade de Deus, identifica nesse sentimento uma ambigüidade em relação ao rompimento do que chama de “barreira que separa classe trabalhadora pobre das outras classes sociais que gozam de inúmeros privilégios” (p.11). Pondera que o seu temor advinha da consciência crescente dessa barreira invisível e da imprevisibilidade do encontro em situações que fugiriam do seu repertório cotidiano. A antropóloga percebeu em si, com espanto, os “tantos obstáculos microscópicos a entravar o contato social mais íntimo entre nós [pesquisadora e pesquisados]” (ZALUAR, 1985, p. 11 apud BONETTI, 2007, p.56).

Ao abordar a tensão entre a antropóloga-pesquisadora e a antropóloga-pessoa, Bonetti (2007, p.56) argumenta que o processo de deslocamento (geográfico e, também, na hierarquia social) provoca um “descentramento vivido com angústia, revelado pela sensibilidade do medo”. Desse modo, no encontro o/a etnográfico (a) “experimenta a possibilidade de conviver com o outro” e, em consequência, reflete-se sobre si mesmo (a) (GROSSI, 1992, p.11).

Outro ponto que aqui nos importa explorar, também, é a convergência entre pesquisa de campo e maternidade, uma vez que ela - que intensifica diferenças e desigualdades de diferentes ordens - também impacta o ofício das pesquisadoras. Afinal, conciliar a vida acadêmica e a maternidade não é tarefa simples. Ao contrário, exige permanente reinvenção: seja para driblar o duplo vínculo (âmbito doméstico/materno e campo de pesquisa); seja para encontrar maneiras de realizar as suas pesquisas (driblando diferentes entraves que possam surgir da conjunção da pesquisa de campo e maternidade); seja para credibilizá-las com resultados que sejam importantes aos campos de estudos a que elas se dedicam - no caso das pesquisas aqui

em destaque, contribuições, especialmente, para os campos de estudos do lazer e da educação.

Importa salientar que ser pesquisadora mulher, bem como, tornar-se mãe nesse processo, não é sinônimo de pesquisas científicas menos elaboradas e profundas ou com menor rigor. Pelo contrário, os relatos aqui apresentados tornam possível perceber que, para o caso das três pesquisadoras mulheres (cada uma ao seu tempo e modo construindo caminhos e/ou adaptações), o processo de reflexividade culminou em alternativas de leituras do social extremamente relevantes, por exemplo, ao propor análises contundentes ao mundo acadêmico em diálogo com a vida cotidiana: sobre o ofício da pesquisa, sobre de gênero e produção do conhecimento, sobre feminilidades e masculinidades, sobre ciência e maternidade, sobre lazes e aprendizagens sociais generificados, dentre outros.

Nesse percurso foi preciso, contudo, pensar não só na pesquisa propriamente dita, mas também traçar e refletir sobre as estratégias: de sobrevivência e de preservação. Permitir e/ou solicitar a companhia de alguém (marido, companheiro e etc.) para chegar ao local de pesquisa, ter atenção redobrada ao ir ao banheiro (e às vezes, suportar a possibilidade de não ir), proteger a barriga (gestante) de possíveis boladas e garantir a integridade da vida do bebê nos jogos de futebol pautados por grandes tensões e potenciais brigas, organizar redes de apoio para cuidar dos filhos que ficam em casa quando elas precisam estar distantes ou levá-los a campo, são apenas algumas das múltiplas estratégias que constituem essas mulheres, pesquisadoras. Tais experiências (peculiares) revelam dificuldades do percurso (que precisam ser reconhecidas pela academia de modo que tornem possível avaliar possibilidades de intervenção nesse âmbito, tal como fazem os editores da revista *Licere* na pandemia de Covid-19), mas, também, a pesquisa como um processo de invenção. Os relatos das

pesquisadoras acentuam, portanto, a constituição da pesquisa como terreno para a produção de um olhar (e prática) sensível ao outro e como contexto de aprendizagens.

Por fim, outro aspecto que merece relevância na discussão, a partir dos relatos das pesquisadoras, são as diferenças das relações que se estabelecem a partir da presença (ou não) de outras mulheres nos contextos pesquisados. Nos três casos essas situações se diferem, ao sinalizar um aspecto comum: a sororidade nas relações entre as mulheres. No primeiro caso (da pesquisa nos campos de sempre-vivas) a presença de homens e mulheres tem equilíbrio proporcional. No segundo caso (dos contextos de práticas futebolísticas) há a presença marcadamente do masculino - exceto nas aulas de Educação Física na escola (quando a pesquisadora se vê rodeada de mulheres interessadas em sua gravidez). No terceiro caso, apesar de se tratar de uma escola mista (com equivalência de estudantes do sexo masculino e feminino), temos uma maioria de mulheres em cargos de gestão, de professores e auxiliares.

As relações das pesquisadoras com outras mulheres em campo tornaram possível perceber que a presença delas nesses contextos alterava as formas de estar e de sentir a pesquisa. Ao contrário da Faria (2008) - que se dedicou a compreender a aprendizagem do futebol em um contexto, majoritariamente, masculino e que teve o fato de estar grávida ignorado pelos praticantes do jogo nos campos de futebol - a presença de outras mulheres possibilitou a diminuição do receio/medo em determinadas circunstâncias. Para Oliveira (2019) e Martins (2018), tal presença ampliou a sensação de segurança e acolhimento, por exemplo, nas ocasiões em que era necessário usar o banheiro na comunidade de coletores de sempre-vivas e na escola família agrícola.

Em contrapartida aos desafios aqui descritos, tal como propõe Pérez-Bustos (2020, p.94), apostamos na possibilidade de percepção de que o “campo científico pode ser moldado por um ethos de cuidado”. Uma política que progrida para a produção de

questionamentos, reflexões, tensões e novas práticas - para que as mulheres sejam inseridas e respeitadas. Afinal, o modo cuidadoso como as mulheres adentram a pesquisa de campo não tem relação e, portanto, não podem estar associado a qualquer tipo de incompetência e inferioridade ou ser confundidos com covardia. Ao contrário, a autora (2020) recoloca no centro do debate um modo cuidadoso de fazer ciência, visto que as escolhas e práticas em campo fazem parte dos dados a serem considerados, ou seja, a produção do conhecimento situado<sup>13</sup>. Em outras palavras: no cuidado que compõe as ações das mulheres na pesquisa, humaniza-se a ciência e as relações.

### **Considerações Finais**

O processo de retomada da pesquisa de campo - nos trabalhos de Faria (2008), de Oliveira (2019) e Martins (2018) - tendo como foco a constituição das pesquisadoras/mulheres nos colocaram diante de vários dilemas que permeiam tal processo, mas também diante de descobertas importantes.

---

<sup>13</sup> Segue um exemplo do que está em questão nesse caso. Para Pérez-Bustos (2020, p. 98) "El trabajo que realizan las genetistas forenses en Colombia es una práctica de cuidado desde la que se repara el tejido social de una nación en guerra interna por más de medio siglo. Este trabajo sin embargo se torna invisible en la esfera pública cuando la geopolítica de las industrias cultural es reproduce localmente una cierta retórica CSI [uma série Americana denominada Crime Scene Investigation]. A autora se refere à "lamanera como las noticias televisivas representan el papel de la genética forense en un contexto de guerra interna y lo hacen reproduciendo imaginarios sobre estas prácticas que son muy similares a los que son presentados en la serie televisiva norteamericana CSI. Así, quienes identifican víctimas son vistos como testigos modestos de la realidad, hombres-blancos-norteamericanos con mucho prestigio, cuyo relación con las víctimas es distante y se limita al análisis de su ADN. Análisis que por lo demás es siempre certero e incluso heroico llegando incluso a respaldar políticas de seguridad democrática de corte neoliberal y nacionalista" (DÍAZ DEL CASTILLO; OLARTE SIERRA; PÉREZ-BUSTOS, 2012). Lejos de esta realidad representada mediáticamente, el trabajo feminizado de estas genetistas supone una articulación permanente entre pensar, hacer y sentir. Em palabras de una de estas genetistas: [Resolver un caso] da tranquilidad, es un logro científico y personal. También es un compromiso con la familia que está esperando para enterrar a su ser querido, además porque uno lee el expediente, conoce el campo y conoce a la familia. Pero también es un reto resolver algo que es difícil en lo técnico y en lo analítico (Juliana) . (...) Esta práctica científica cuidadosa implica muchas veces no poder concentrarse en producir un trabajo académico sobre el proceso que pueda ser publicado. Ahora bien, el hecho de que este trabajo no se publique coloca este que hacen el plano de lo meramente técnico, para los ojos de sus pares académicos" (PEREZ BUSTOS, 2020, p. 99). "Muchos colegas geneticistas nos viven diciendo "todas esas muestras que ustedes tienen y no las comparten, hagamos algo con esas muestras [refiriéndose a más análisis moleculares]" Pero no es tan sencillo. Cuando se informa a las familias sobre el procedimiento es claro que el propósito del estudio es la identificación de víctimas. Si podríamos pedirles autorización para poder utilizar esta información, que es suya, en el análisis molecular de frecuencias poblacionales y genética de poblaciones, pero estas familias están ya lo suficientemente consternadas con la situación por la que están pasando que ¿para qué pedirles más?" (PEREZ BUSTOS, 2020, p. 100).

Assumir o tema da participação das mulheres na pesquisa de campo, em uma sociedade desigual (em termos de oportunidades e de acesso) permitiu reconhecer a necessidade de refletir sobre modos de inserção que tornem possível, tanto acolher o rigor das pesquisas produzidas pelas mulheres (e aqui é preciso rever os parâmetros androcêntricos de produção científica), quanto questionar as formas de organização social que as vulnerabilizam, as sobrecarregam e as exploram.

Ao retomar a importância da pesquisa de campo nas ciências sociais e com ela a necessidade de aprofundamento do contato social - pois como afirma Malinowski (1984) há uma diferença entre estar esporadicamente no campo de estudos e estar efetivamente em contato com ele - entendemos que o ideal seria que as mulheres pudessem se sentir seguras para realizarem suas pesquisas de campo, tendo acesso a espaços livres de qualquer tipo de assédio e/ou violências: a começar pelas orientações em sala de aula, passando pelas pesquisas de campo e, até mesmo, no deslocamento entre estes espaços. Como isso historicamente não tem sido a realidade da participação das mulheres em diferentes contextos sociais é importante, então, questionar os parâmetros de produção do conhecimento científico reafirmando, sobretudo, a ideia de que nenhuma pesquisa existe a priori. Ela se constitui dos múltiplos elementos/enfrentamentos/escolhas que compõem as relações em campo.

Neste âmbito do debate não basta, entretanto, flexibilizar e/ou acolher a ideia de que, em alguns momentos, pesquisadoras devem individualmente ajustar em seus cronogramas e criar alternativas para a realização de suas pesquisas. Acatar outras temporalidades para a realização da pesquisa (por exemplo, flexibilização dos prazos para pesquisadoras mães) e rever a singularidade da participação das mulheres na pesquisa de campo (como parte de um processo teoricamente situado, a lá Lave e

Wenger, 1991), ganha efetividade quando essas alternativas se transformam em política de incentivo à participação das mulheres nesse âmbito.

Apesar dos limites que envolvem o trabalho de campo (muitas vezes hostis à presença feminina), há de se pontuar, também, possibilidades. Bruno Latour (2017) afirmou em entrevista que a ciência não deve produzir verdade indiscutíveis, mas discutíveis. O debate entre os pares é enriquecedor, mas discussões entre pesquisadores de olhares e gêneros distintos é certamente ainda mais benéfico para o conhecimento acadêmico. Este é um dos motivos pelos quais é importante que a luta das mulheres ganhe eco (com trabalhos valorizados e reconhecidos e ambientes salubres para pesquisas) e abarque o engajamento amplo da comunidade acadêmica.

A retomada do processo de imersão etnográfica das pesquisadoras nos três trabalhos sinaliza a necessidade de recolocar em pauta o engajamento das mulheres (e de homens) nas transformações sociais urgentes a favor de posições não coloniais e, sobretudo, contra o patriarcado estabelecido nas relações cotidianas - aqui descrito e, também, denunciado.

São as lutas coletivas e um movimento feminista amplo (que inclui homens e mulheres e, também, as diferentes instituições da sociedade) que surgem no horizonte de alternativas possíveis à superação (ou ao menos minimização) das relações assimétricas entre homens e mulheres que refletem em todos os âmbitos sociais. Compartilhamos das ideias de Hooks (2018) no seu livro “O feminismo é pra todo mundo”, de que a mulher não nasce feminista, ela se torna, e que os homens precisam ser sensibilizados, para se unirem às mulheres tornando-se parceiros de luta, para que juntos possam desconstruir pensamentos, e desaprender atitudes, para dar passos largos contra o patriarcado, o sexismo e a dominação masculina. Os caminhos a serem percorrido neste sentido (mas também os aprendizados inerentes ao processo) são

diversos. Conforme assinala Hooks (2018, p.150).“políticas genuinamente feministas sempre nos transportaram da servidão à liberdade, da falta de amor ao amor. A mutualidade é a base para o amor”.

Há, ainda, que se destacar que as pesquisas feitas por mulheres são de valor inestimável para os diferentes campos do conhecimento. Aqui elas representam possibilidades de ampliação da compreensão das práticas de aprendizagem em contextos de lazeres (como é o caso do futebol) e dos lazeres em contextos comunitários e educativos (como são os casos da pesquisa entre coletoras e coletores de sempre-vivas e, também, na escola família agrícola). Entrelaçamentos que ampliam possibilidades de complexificar o fazer científico ao considerar os seus múltiplos atravessamentos entre sujeitos pesquisados e pesquisadoras (es) nas relações cotidianas e os aspectos socioculturais mais amplos.

Por fim, é importante sinalizar que obviamente, Faria (2008), Oliveira (2019) e Martins (2018) não atravessaram seus processos de pesquisa com total lucidez sobre todas as questões que aqui se delinearam. O processo de distanciamento foi crucial para a realização do exercício aqui proposto. Contudo, se hoje fariam algo (ou tudo) diferente do que fizeram no percurso de pesquisa, isso não se deve ao fato de saberem mais sobre o ofício, mas sim pelo fato de que já não são mais as mesmas.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam (coord.). **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002. 192 p.

AYRES, José Ricardo; *et al.* Risco, vulnerabilidade e práticas de prevenção e promoção da saúde. *In: CAMPOS, G.; et al. Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Editora Fiocruz; 2006. p.

ARROYO, Miguel González. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2014.375-417.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdade**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018. 311 p.

BONETTI, Aline Lima. **Não basta ser mulher, tem de ter coragem**: Uma etnografia sobre gênero, poder, ativismo feminino popular e o campo político feminista de Recife-PE. 2007. 258 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2019 - **Notas Estatísticas** – Disponível em: [http://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2020/Notas\\_Estatisticas\\_Censo\\_da\\_Educacao\\_Superior\\_2019.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf). Acesso em: 13 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.104**, de 9 de mar. de 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm). Acesso em: 10 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº. 11.340**, de 7 de ago. de 2006. Lei Maria da Penha. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 10 dez. 2020.

\_\_\_\_\_. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro - Com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007**. 2009. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2020.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Glossário de defesa civil**: estudos de riscos e medicina de desastres. Ministério do Planejamento e Orçamento, Departamento de Defesa Civil. Brasília, 2007

CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE – CONASEMS, 2020. **Protagonismo feminino na saúde**: mulheres são a maioria nos serviços e na gestão do SUS. Disponível em: <http://www.conasems.org.br/o-protagonismo-feminino-na-saude-mulheres-sao-a-maioria-nos-servicos-e-na-gestao-do-sus/>. Acesso em 12 dez. 2020.

FARIA. **A aprendizagem na e da prática social**: um estudo etnográfico sobre as práticas de aprendizagem do futebol em um bairro de Belo Horizonte. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

GAGO, Verônica. **La potencia feminista**: o el deseo de cambiarlo todo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2019. 256 p.

GOMES, A. M. R.; FARIA, E. R.; BERGO, R. S. Aprendizagem na/da etnografia: reflexões conceitual-metodológicas a partir de dois casos bem brasileiros. **Revista FAEEBA**. Salvador, v. 28, n. 56, p. 116-135, set./dez. 2019

GALVÓ, P. P. **Introdução**: Centros familiares de formação em alternância. *Pedagogia da alternância, Alternância e desenvolvimento, Bahia*, 2. ed. p.15-24, Nov. 1999.

GONÇALVES, Benjamin S. (ed.). **Perfil social, racial e de gênero das 500 maiores empresas do Brasil e suas ações afirmativas**. Curadoria Enap. 2016. Disponível em

[http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Perfil\\_Social\\_Tacial\\_Genero\\_500empresas.pdf](http://www3.ethos.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Perfil_Social_Tacial_Genero_500empresas.pdf). Acesso em: 13 dez. 2020.

GROSSI, Miriam. “Na busca do ‘outro’ encontra-se a si mesmo”. In: \_\_\_\_\_. (org.). **Trabalho de campo e subjetividade**. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 1992, p. 7-18.

HARAWAY, D. “Modest-Witness @ Second-Millennium” (1996). In: HARAWAY, D. (ed.). **The Haraway Reader**. New York: Routledge, 2004. p. 223-250.

HARDING, S. **Ciência y Feminismo**. Madrid: Morata, 1996.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. E-book.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015. 390 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: características da população e dos domicílios: resultados do universo**. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2011a. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010universo.asp?o=5&i=P>. Acesso em: 28 nov. 2020.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: outras formas de trabalho**: 2018. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101650\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101650_informativo.pdf). Acesso em: 28 nov. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; Fórum brasileiro de segurança pública (org.). **Atlas da violência 2020**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2020.

JASANOFF, Sheila. **States of Knowledge. The co-production of Science and Social Order**. London/New York: Routledge, 2004. 316 p.

LAVE, Jean.; WENGER, E.Tiene. **Situated learning: legitimate peripheral participation**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1991. 140 p.

LATOUR, Bruno. O objetivo da ciência não é produzir verdade indiscutíveis, mas discutíveis. **Jornal Correio do Povo**. Porto Alegre, mar. 11, 2017. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/blogs/dialogos/bruno-latour-o-objetivo-da-ciencia-nao-e-produzir-verdade-indiscutiveis-mas-discutiveis-1.306155>. Acesso em: 17 nov. 2020.

LÖWY, Ilana. Por que tão devagar? Os obstáculos para a igualdade dos sexos na pesquisa científica. In: GROSSI, Miriam Pillar. & REA, Caterina Alessandra. (org.). **Teoria feminista e produção do conhecimento situado: ciências humanas, biológicas, exatas e engenharias**. Florianópolis: Tribo Ilha; Salvador: Devires, 2020. p. 231 – 246.

MAFFIA, D. “Epistemología Feminista: por una inclusión de lo femenino en la ciencia”. In: GRAF, N. B.; FLORES, J. (ed.). **Ciência, tecnología y género en**

**Iberoamérica.** México: Universidad Autónoma de México; Plaza y Valdés, 2005. p. 623-633.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental:** um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 424p.

MARTIN, E. “Anthropology and the Cultural Study of Science”. **Science Technology & Human Values**, v. 23, n. 1, p. 24-44, 1998.

MARTINS, Fernanda. M. & ALAGIA, Laura Almeida. Guerra contra as mulheres: uma análise feminista da violência sobre a precarização de mulheres e os efeitos da pandemia. **Revista Opinião Filosófica**, v.10, n. 01, 2019. p. 01 - 16.

MARTINS, Renata. **Um olhar para a escola família agrícola e para a pedagogia da alternância como possibilidade de problematização do lazer no entrelaçamento dos tempos da escola, do trabalho e da experiência cultural.** 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

OLIVEIRA, Naiara P. **O lazer para além do urbano:** a produção social do tempo e do território no povoado do Galheiros, Diamantina, Minas Gerais. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos do Lazer) - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. 142 f.: il.

PRODUTIVIDADE acadêmica durante a pandemia: Efeitos de gênero, raça e parentalidade. **Parent in Science**, 2020. Disponível em: <http://bit.ly/2ApPH10>. Acesso em: 08 nov. 2020.

PEIRANO, Mariza. **A favor da etnografia.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

PÉREZ-BUSTOS, Tania. Pensando con cuidado La producción de conocimiento: referentes antropológicos feministas y um ejemplo etnográfico. *In:* GROSSI, Miriam Pillar. & REA, Caterina Alessandra. (org.). **Teoria feminista e produção do conhecimento situado:** ciências humanas, biológicas, exatas e engenharias. Florianópolis: Tribo Ilha; Salvador: Devires, 2020. p. 91 – 108.

ROSSITER, Margaret. “The Matthew {Mathilda} effect in Science”. **Social Studies of Science**, v. 23, p. 326-341, 1993.

RUSS, Joanna. **How to suppress Women’s’ Writing.** Austin: University of Texas Press, 1983.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010. 637 p.

SPELMAN, Elizabeth. **Inessential Woman.** Boston: Beacon, 1988.

TRAWEEK, S. **Beamtimes and lifetimes:** The world of high energy physics. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura.** São Paulo: Cosac & Naify, 2010. 253 p.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta** – As organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994 [1985].

**Endereço das Autoras:**

Eliene Faria  
COLTEC/UFMG  
Av. Antonio Carlo 6627 – Pampulha  
Belo Horizonte – MG – 31270-901  
Endereço Eletrônico: [eliene@teiacoltec.org](mailto:eliene@teiacoltec.org)

Naiara Paola Oliveira  
EEFFTO/UFMG  
Av. Antonio Carlo 6627 – Pampulha  
Belo Horizonte – MG – 31270-901  
Endereço Eletrônico: [naiapaola@gmail.com](mailto:naiapaola@gmail.com)

Renata Martins  
EEFFTO/UFMG  
Av. Antonio Carlo 6627 – Pampulha  
Belo Horizonte – MG – 31270-901  
Endereço Eletrônico: [renata.martins1983@hotmail.com](mailto:renata.martins1983@hotmail.com)